



Pedro Machado Segall

OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA

A Tutela do Consumidor nos
Direitos Brasileiro e Comparado

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2018

239.220.6

STJ00106746

01512

Copyright © 2018 by Pedro Machado Segall

Categoria: Direito e Cidadania do Consumidor

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Bianca Callado

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

SE454o

Segall, Pedro Machado.

Obsolescência programada : a tutela do consumidor nos
direitos brasileiro e comparado / Pedro Machado Segall. – Rio
de Janeiro : Lumen Juris, 2018.

192 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 139-163.

Possui anexos.

ISBN 978-85-519-0941-6

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA

Nº

DATA

1136104

11/02/19

1. Direito do Consumidor. 2. Vício Oculto. 3. Direito Com-
parado. 4. Lixo - Eliminação. 5. Direito Ambiental. 6. Desen-
volvimento Sustentável. I. Título.

1136104

CDD 343

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio.....	VII
Apresentação.....	IX
Introdução.....	1
Capítulo 1 - Obsolescência Programada.....	5
1.1 Introdução	5
1.1.1 Conceitos de obsolescência programada	5
1.1.2 Formas pelas quais a obsolescência programada se manifesta.....	11
1.1.3 Conceito não restrito a produtos.....	12
1.1.4 Diferença com o avanço tecnológico inerente ao desenvolvimento social.....	13
1.1.5 Acepções supostamente positivas de obsolescência programada	15
1.2 Espécies ou modalidades de obsolescência programada....	18
1.2.1 Obsolescência técnica ou tecnológica.....	18
1.2.2 Obsolescência por expiração	24
1.2.3 Obsolescência psicológica, percebida, estética ou simbólica	25
1.2.4 Obsolescência fraudulenta (?)	27
1.3 História da obsolescência programada	29
1.3.1 Da década de 1920 aos dias atuais.....	29
1.3.2 Influência da publicidade e consumismo	36
1.3.3 Os casos das meias de nylons da DuPont, Preston Tucker e Benito Muros	42
1.4 Implicações diversas da obsolescência programada	46

1.4.1 Nova estrutura da assistência técnica	47
1.4.2 As consequências ambientais e a sustentabilidade ...	50
1.4.3 Questões éticas e a responsabilidade compartilhada ..	54
1.4.4 Outras implicações	58
1.5 Correntes que negam a existência da obsolescência programada	60
1.5.1 Contra-argumentos	62
1.6 Considerações finais	65
Capítulo 2 - Âmbito Doutrinário, Normativo e Jurisprudencial no Brasil.....	71
2.1 Introdução	71
2.2 Do vício do produto ou do serviço	71
2.2.1 Conceito de vício e distinção com fato.....	71
2.2.2 Conceito de vício aparente e vício oculto	73
2.2.3 Prazos de reclamação	74
2.2.4 Desgaste natural e vício oculto.....	76
2.2.5 O dever de adequação e o conceito de vida útil.....	77
2.2.6 A responsabilidade do fornecedor por vício oculto ..	78
2.3 Jurisprudência.....	84
2.3.1 Leading case: REsp 984.106	84
2.3.2 Outros casos	87
2.4 A obsolescência programada é um vício oculto.....	90
2.4.1 A obsolescência programada e a responsabilidade do fornecedor	92
2.4.2 Ônus da prova	94
2.4.3 Todos os fornecedores da cadeia são responsáveis	95
2.4.4 Outros direitos violados pela obsolescência programada	97
2.5 Considerações finais	102

Capítulo 3 - Direito Comparado	107
3.1 Equador	107
3.2 Estados Unidos	109
3.3 Alemanha.....	110
3.4 Bélgica	111
3.5 França.....	113
3.6 Espanha	115
3.7 Comunidade Europeia	117
3.8 Considerações finais	120
 Capítulo 4 - Sugestões de Alteração da	
Legislação Brasileira	123
4.1 Introdução	123
4.2 Propostas do Min. Luis Felipe Salomão.....	125
4.3 Propostas já apresentadas no Congresso Nacional	127
4.3.1 Projeto de Lei 5.367/13.....	127
4.3.2 Projeto de Lei 32/15	127
4.3.3 Projeto de Lei 7.875/17	128
4.4 Outras propostas.....	132
4.4.1 Criação de um sistema escalonado de rotulagem de produtos e serviços quanto à sua durabilidade	132
4.4.2 Inclusão, no âmbito da responsabilidade do fornecedor, do dever de assistência técnica durante a vigência da vida útil do bem.....	133
4.4.3 Estabelecimento de um dever de disponibilização de um manual de conserto	133
 Conclusão	135

Referências	139
Livros e artigos	139
Notícias e relatórios.....	151
Vídeos e documentários	157
Legislações e projetos de lei.....	158
Decisões judiciais	162
Outras fontes.....	163
Anexos.....	165
Anexo A - Entrevista com o prof. Marcelo Sodré.....	165
Anexo B - Entrevista com a profa. Marilena Chaui.....	166
Anexo C - Entrevista com o prof. Alfredo Behrens.....	169